

“DE PIÉ PUES LOS HOMBRES DE COLOR”: o processo de invisibilização do negro em Buenos Aires, e o discurso antissegregacionista do periódico afroportenho *La Broma* (1879-1882)

Recebido: 10/02/2019
Aprovado: 09/05/2019

Igor Fernandes
Justino 

Graduado em História pela
Universidade do Estado de
Minas Gerais.

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo principal interpretar os discursos dos intelectuais periodistas do semanário buenairense *La Broma* entre anos de 1879 e 1882, momento caracterizado pela ascensão de uma série de privações imposta à população negra na urbe argentina. Para esta reflexão, apresentaremos uma discussão acerca das representações sociais do negro na historiografia portenha, e o processo de invisibilização impingido aos afrodescendentes pelos grupos hegemônicos que construíram a identidade nacional em torno de um ideal branco-europeu. Os porta-vozes da comunidade afro-portenha, por meio de sua esfera comunicativa paralela, constituíram uma identidade na resistência à exclusão e ao segregacionismo, o que proporcionou a ampliação de seu campo simbólico e conseqüentemente a emergência da visibilidade, o que nos abre precedentes para analisar a dinâmica emancipatória desenvolvida.

PALAVRAS-CHAVE

Invisibilidade; Periodismo Negro; Identidade.

Introdução

Reconhecendo a existência de um amplo processo de obscurecimento da presença da população negra e de renegação de toda sua influência na constituição sociocultural da capital argentina, empreendido essencialmente pelas elites ávidas por extirpar qualquer resquício da história buenairense que não estivesse diretamente atrelada aos ideais de costumes europeizados e embranquecidos, buscase, neste artigo, discutir o processo de “invisibilização” da comunidade afroportenha, intensificado a partir da segunda metade do século XIX. O periódico *La Broma*, portavoz da comunidade afro-portenha no período, surge aqui como fio condutor para que possamos compreender melhor este cenário. O impresso emerge, então, como um contraponto à tese da ausência da população negra da Argentina, no combate às segregações racial e espacial no contexto cultural da efervescente e cambiante capital argentina; em verdade, o *La Broma* demonstra a importância do discurso dos intelectuais subalternos da comunidade afroportenha.

As dezenas de publicações jornalísticas afroportenhas que circularam na metrópole argentina entre as décadas de 1860 e 1880,¹ de modo explícito, introduziram um grande contraponto à tese do abrupto declínio populacional da comunidade de *color* de Buenos Aires. O periodismo, por um lado, era representativo da presença do elemento de origem africana na “branca nação argentina”; por outro, representou um meio de constituição de uma identidade diaspórica, em um sentido político latente na luta por direitos e igualdade social, alicerçado em seu papel histórico nas, então, recentes lutas pela emancipação e construção nacional.

Este estudo se centrará na fase final das tiragens do periódico, em um contexto caracterizado pela ascensão de um racismo mais explícito na sociedade buenairense, que conseqüentemente, engendrou a guinada de um discurso antissegregacionista pelos intelectuais redatores do *La Broma*. A análise se circunscreverá aos editoriais do semanário produzidos entre os anos de 1879 e 1882. A escolha e a definição destes marcos temporais se devem à proibição dos afroportenhos de frequentar determinados locais públicos em Buenos Aires.

O signo da invisibilização legou ao extrato afrodescendente de Buenos Aires um lugar histórico deslocado, um espaço periférico² em meio à construção da comunidade

1 Segundo a historiadora Lea Geler, em seu artigo “Guardianes del Progreso”, entre as décadas de 1860 e 1880, momento notável do periodismo afroportenho, houve mais de vinte publicações na comunidade negra de Buenos Aires, todos com circulação limitada temporalmente e em números de tiragens. Destaque para os periódicos *La Broma* e *La Igualdad*, maiores em circulação e mais longevos dentre todos. Lea Geler, “Guardianes del Progreso. Los periódicos afroporteños entre 1873 y 1882”, *Anuario de Estudios Americanos*, 65, 1 (2008), p. 199-226.

2 O historiador estadunidense George Reid Andrews foi responsável pela introdução do conceito de invisibilização, em revelia ao então preconizado desaparecimento; em sua obra *Los Afroargentinos de Buenos Aires*, Andrews demonstra através das múltiplas contradições das estatísticas populacionais, e também por meio dos

imaginada argentina, no transcorrer da metade final do século XIX, ambicionada como essencialmente “branca” e de origem “europeia”. Estrangeiros em sua própria pátria, coube aos intelectuais invisibilizados afroportenhos constituir seus meios de representatividade frente a uma realidade que lhes impunha a ocultação; o periodismo, entendido como movimento político, tornou-se então veículo primordial na afirmação da identidade negra e na luta da comunidade afroportenha por inserção social.

Uma visibilidade subalterna³ e circunscrita à comunidade *de la gente de color* era o produto imediato do periodismo afroportenho. As publicações eram escritas e destinadas para uma comunidade socialmente marginalizada, tida, pela *intelligentsia* burguesa buenairense, como resquício de um passado escravista que deveria ser recoberto com *el manto del olvido*; num processo de ofuscamento intencional e abrangente.

A luta por afirmação de sua presença, empreendida pelos *hombres de color* em Buenos Aires contra o segregacionismo, possuía aspectos espaciais e culturais. No que tange às práticas diárias do cotidiano da urbe, havia restrição na ocupação de determinadas funções profissionais, asseguradas juridicamente pela Constituição, mas que na prática eram desrespeitadas; as oportunidades educacionais também eram limitadas ou inexistentes.

O negro portenho experimentava uma dicotomia bem refletida nos periódicos. Por um lado, vivia em um constante intento de imersão cultural, em busca da constituição de uma máscara branca, que significaria para ele aceitação parcial no interior da comunidade imaginada “branca-europeia” argentina. Por outro, enfrentava uma constante batalha por direitos sociais, tendo como eixo gerador a noção de raça, numa politização e ressignificação de seu estigma, a cor de sua pele, relacionada ao seu condicionamento étnico dentro do contexto sociocultural portenho.⁴

A quase imperceptível presença do negro na Buenos Aires contemporânea⁵ traz um latente questionamento, que ocupa desde a década de noventa uma miríade de historiadores argentinos: o suposto desaparecimento repentino da população

diversos aspectos sociais e culturais da população de origem africana, que não houve um declínio tão intenso como evidenciado na historiografia argentina. George Reid Andrews, *Los Afroargentinos de Buenos Aires (1800-1900)*, tradução de Antonio Bonanno, Buenos Aires, Ediciones de La Flor, 1989, p. 9-16.

3 Stuart Hall afirma, em sua obra *Da diáspora: identidade e mediações culturais*, que a invisibilidade de determinada comunidade marginalizada pode ser transposta através de uma luta contra-hegemônica, de modo que os marginalizados se valham de estratégias culturais subversivas que transponha a imposição aculturante. Mas Hall deixa claro que estas estratégias subversivas se tornaram posteriormente reguladas pela hegemonia, em uma relação negociada, concedendo uma *visibilidade subalterna* ao grupo subversivo. Stuart Hall. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução: Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte. Editora UFMG: 2009, p. 51 – 100.

4 Lea Geler, *Otros Argentinos? Afrodescendientes porteños y la construcción de la nación argentina entre 1873 y 1882*, Tese (Doutorado em História), Universitat de Barcelona, Barcelona, 2008, p. 161.

5 Segundo Andrews, atualmente existem cerca de 4 mil afroargentinos em Buenos Aires, numa população de 9 milhões de habitantes. Andrews, *Los Afroargentinos de Buenos Aires (1800-1900)*, p. 211-237.

afrodescendente. A esta dissipação da comunidade negra portenha enumerou-se três impulsionadores gerais, que influíram decisivamente no processo, durante o século dezenove. Segundo Andrews,⁶ os autores que se debruçaram sobre a temática em momento anterior ao desenvolvimento historiográfico no último decênio do século XX, apoiaram-se nos seguintes argumentos: a mestiçagem inerente a uma sociedade pluriétnica como a argentina ocasionou uma imersão cultural e racial; a mortalidade relacionada aos conflitos de independência, onde a população negra integrou os batalhões do exército;⁷ e, por fim, as doenças endêmicas que atingiram extensamente os extratos marginalizados da urbe, foram fatores preponderantes para a concretização deste decréscimo durante os oitocentos, na perspectiva de tais pesquisadores:

Estas explicações, que têm sido repetidas por historiadores argentinos e estrangeiros que escreveram sobre a Argentina durante os últimos cem anos, são lógicas, coerentes e eminentemente razoáveis. Em verdade, só há um critério que não satisfazem: pouco ou nenhum esforço fizeram para prová-las. [...] Ainda que certas em parte, são certas só em parte, e distorcem a história dos afro-argentinos de maneiras surpreendentes e inesperadas. As distorções demográficas, por sua vez, formam parte de um fenômeno maior, que é o obscurecimento, seja intencional ou não, do papel dos afro-argentinos na história de sua nação.⁸

Grande parte dos autores que se prestaram ao estudo do progressivo desaparecimento das coletividades negras buenaienses estabeleceram como marco temporal para o declínio a segunda metade do século dezenove, momento em que, estatisticamente, o extrato populacional dos afroportenhos inicia sua irreversível decadência demográfica.⁹

As condicionantes para o declínio demográfico desenvolveram-se paulatinamente durante meados do século dezenove e atingiram seu ápice a partir da década de 1860. Fatores como a massiva imigração europeia e, conseqüentemente, a miscigenação,

6 Andrews, *Los Afroargentinos de Buenos Aires (1800-1900)*, p. 7-16.

7 Lea Geler utiliza a expressão “carne de cañon” para se referir à suposta alta taxa de mortalidade dos combatentes negros nos batalhões do exército nacional. Lea Geler, “Hijos de La Patria’: Tensiones y pasiones de la inclusión en la nación argentina entre los afroporteños a fines del siglo XIX”. *Memoria Americana*, 20(2012), p. 273-294. Na mesma vertente, Andrews afirma que tal termo, “carne de cañon” foi extensivamente utilizado pela historiografia argentina dos séculos dezenove e vinte para explicar o “instantâneo” desaparecimento. Andrews, *Los Afroargentinos de Buenos Aires (1800-1900)*, p. 7-16

8 “Estas explicaciones, que han sido repetidas por historiadores argentinos y extranjeros que escribieron sobre la Argentina durante los últimos cien años, son lógicas, coherentes y eminentemente razonables. En verdad, sólo hay un criterio que no satisfacen: poco o ningún esfuerzo se ha hecho para probar-las. [...] Aunque ciertas en parte, son ciertas sólo en parte, y distorsionan la historia de los afroargentinos de maneras sorprendentes e inesperadas. Las distorsiones demográficas, a su vez, forman parte de un fenómeno mayor, que es el escurimiento, sea intencional o no, del rol de los afroargentinos en la historia de su nación.” Andrews, *Los Afroargentinos de Buenos Aires (1800-1900)*, p. 11, tradução nossa.

9 Andrews demonstra que a população afroportenha irá diminuir quase pela metade na segunda metade do século dezenove. Em 1836, as estatísticas assinalavam uma população de 14.906 afroportenhos, 26% da população total da urbe; já em 1887, 8.005, 1,8%. O estadunidense afirma que, por uma complexidade de fatores, não se pode creditar confiabilidade explícita a estas estatísticas. Andrews, *Los Afroargentinos de Buenos Aires (1800-1900)*, p. 79-112.

como também o término do tráfico de escravos são apontados como cruciais para este decaimento.¹⁰ Apesar disso, como bem nos assevera Andrews, não é possível estabelecer causas exatas através de proposições genéricas. Reconhece-se a importância de tais elementos, mas eles devem ser visualizados através de uma perspectiva mais dilatada.¹¹

La prensa negra: el vocero de la clase de color

O periodismo afroportenho se desenvolveu neste contexto marcado pelo declínio demográfico da comunidade negra. Contraditoriamente, os meios de representatividade angariados pelos *hombres de color* atingem seu ápice em um momento caracterizado pelo início do decréscimo populacional da comunidade.¹² Estes jornais proliferaram no entorno destes setores marginalizados da sociedade buenairense, entre 1860 e 1880; apesar de não alcançarem espaço público substancial, como expõe Lea Geler, eles se tornaram sinônimos da presença e importância da comunidade negra na capital argentina.¹³

O movimento do periodismo, enquanto cultura política, se disseminou na Argentina a partir da segunda metade do século XIX. Em Buenos Aires, o crescimento urbano, o influxo constante de imigrantes e o conseqüente o aumento da população e logo das redes de sociabilidade ocasionaram o surgimento de diversos jornais, diários e revistas. Estes órgãos tornaram-se mecanismos essenciais para ordenamento e coesão social. Além disso, eram veículos primordiais dos setores burgueses para as discussões políticas. Mas o periodismo não estava restrito apenas às esferas hegemônicas. Havia também grupos marginalizados que utilizavam os meios de comunicação para autoafirmação, em uma perspectiva contra-hegemônica, mas circunscrita à comunidade de origem.

10 Acerca da miscigenação, Andrews afirma que o efeito atinge diretamente o processo de alteração das categorias raciais. Para o historiador, o desejo das elites latino-americanas de “embranquecer” e “europeizar” suas nações provocou uma maior maleabilidade na classificação de determinados setores sociais. Conseqüentemente, parte da população *parda* e *morena* que angariasse um status social mais elevado, era tida, na denominação do autor, como *trigueña*, cuja classificação não era necessariamente branca e nem negra. Mas, nas estatísticas populacionais, eram retratados como “brancos de origem desconhecida”. Segundo o latinista norte-americano, este processo foi responsável por diminuir, nos censos populacionais, o número afro-argentinos. Andrews, *Los Afroargentinos de Buenos Aires (1800-1900)*, p. 79-112. O fim do tráfico de escravos foi responsável por cercar o provimento de indivíduos para a reprodução dos afroportenhos. Obviamente esta explicação não é substancialmente satisfatória para explicar o declínio da população negra. A extinção do comércio de cativos é instituída em 1813 e revogada, por dois anos, em 1831. Na perspectiva do então presidente Rosas, era uma “necessidade de urgência” reativar o comércio.

11 Andrews, *Los Afroargentinos de Buenos Aires (1800-1900)*, p. 12-13.

12 Andrews, *Los Afroargentinos de Buenos Aires (1800-1900)*, p. 187-210

13 Lea Geler afirma que os jornais da população afroportenha não possuíram um público leitor tão extenso devido ao pouco interesse e também à condição econômica geral da população, que não era tão boa; segundo a autora, apenas um periódico chegou a sustentar mais de 400 assinantes. Lea Geler, “Guardianes del Progreso”, p. 217.

Imerso nesta categoria estava o periódico *La Broma*. Suas primeiras e esparsas publicações datam de 1876; inicialmente com redação anônima, o semanário circulou nas bancas buenairenses até o início da década seguinte, sendo este, segundo Lea Geler, o boletim afroportenho que deteve o maior número de assinantes entre a *prensa negra*.¹⁴ O conteúdo exposto pelo jornal apresentou pequena variação durante seus curtos anos de existência.

Podemos dividir suas edições em duas etapas genéricas. A primeira caracteriza-se pelo cunho festivo, de retratação e vigilância das comemorações no seio da comunidade; a segunda, fase final das tiragens, demonstra uma luta política mais engajada contra o segregacionismo que assolava a urbe argentina.

Apesar do raio de alcance do *La Broma* ter sido relativamente curto, possuía grande importância para a comunidade negra. O periódico era publicado aos domingos ou às quintas-feiras. As edições detinham quase invariavelmente a mesma estrutura textual: iniciava com um editorial, seguido das notícias variadas da comunidade, crônicas de festas, poesias e tangos produzidas pelos artistas afroportenhos, e finalizava com os anunciantes. O formato era de um tabloide, contendo quatro páginas com três colunas de textos em cada folha. Na parte superior da primeira página, ficavam as informações básicas, título, número da edição, redator; logo abaixo, os dados da publicação, cidade, locais de assinatura e valores.

Em uma esfera comunicativa paralela, comunitária, destinada essencialmente à população negra de Buenos Aires. Os intelectuais afroportenhos atingiam grande prestígio social, e tornaram-se importantes mediadores socioculturais. Os setores afrodescendentes se encontravam extensamente marginalizados e em situação de pobreza. A definição de *voceros*¹⁵, não somente através dos periódicos, era de vital necessidade para que se ambicionasse transformações sociais. Eles eram, sobretudo, intelectuais cosmopolitas, na concepção de Boaventura de S. Santos, responsáveis pela tradução das demandas da comunidade negra.¹⁶

Esse representante é mediador, à medida em que se encontra socialmente condicionado pela fala do grupo do qual é porta-voz, e também responde intrinsecamente às demandas das elites hegemônicas. Desta forma, seu papel é duplo, ao ser a voz da

14 Segundo a latinista, o *La Broma* chegou a possuir supostamente 486 assinantes, mas Geler acredita que haja supervalorização dos números pelos proprietários dos jornais. Geler, “Guardianes del Progreso”, p. 217.

15 O redator de um jornal possui a preeminência da fala da comunidade da qual representa. Ele é necessariamente o *porta-voz* de suas demandas, é a personificação do grupo nos meios representativos, na política e nas discussões sociais. É quem primordialmente concede visibilidade aos indivíduos pertencentes a esta coletividade. Este emissário é nomeado simbolicamente pelos membros do grupo, que *autorizam* representar-lhes junto às esferas hegemônicas. Este personagem possui um papel essencialmente de mediador das práticas discursivas.

16 Os intelectuais afroportenhos, percebidos como intelectuais cosmopolitas, tinham o papel de representar as demandas da comunidade negra frente à elite buenairense. Eles eram representantes simbólicos, responsáveis pela argumentação do grupo social marginalizado. Ver: Boaventura S. Santos, “Para uma Sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63 (2002), p. 237-280, p. 272.

comunidade junto às esferas dominantes e, inversamente, desta mesma no entorno de sua coletividade. Geler afirma que o periodista afroportenho é um “intelectual subalterno”¹⁷: mesmo estando abaixo das elites burguesas, eles são sujeitos que têm proeminência no discurso, que era audível e relativamente influente nos debates sociais. Para Andrews, o “décimo talentoso”, a burguesia negra¹⁸ buenairense buscava, através de seus periódicos, atrelado a seu substancial poderio econômico, imiscuir-se no seio das classes de maior influência na urbe argentina.

A atuação na esfera contra-hegemônica portenha da *prensa negra* teve como momento culminante o intervalo de duas décadas, entre 1860 e 1880. Segundo Geler, mais de vinte semanários foram publicados neste período¹⁹. Existia uma relativa paridade nas temáticas e abordagens destes jornais. Para a historiadora argentina, eles partilhavam de um discurso disciplinador e civilizatório, que exercia ao mesmo tempo um papel de vigilância sobre os costumes considerados incivilizados da população negra.²⁰ Apesar da existência desta semelhança, no que tange ao discurso, havia exceções: Jean Arsène Yao afirma que o periódico *La Igualdad* distou significativamente dos demais, ao empreender uma constante luta por evidenciar os aspectos das desigualdades raciais na Argentina²¹. Na mesma vertente, o *La Broma*, imbuído em uma luta contra a segregação, irá caracterizar-se, no momento final de suas tiragens, por uma investida política intensa.

Há três meses o empresário dos concertos no Jardin Florida proibiu a entrada, neste recinto, de todas as pessoas de cor. Hoje, alguns empresários de bailes de máscaras fizeram a mesma proibição. Em que se asseguram, tais empresários, para fazer tal coisa? Os negros e mulatos são, diante da Constituição, iguais aos empresários de teatros.²²

O evento marcante, que ocasionou o surgimento do incendiário discurso antirracista nos editoriais do *La Broma*, foi a proibição da entrada *de la gente de casta* no teatro Jardin Florida, em 25 de dezembro de 1879. A partir desta ocorrência, outras proibições foram impostas nos meses subsequentes, todas elas acompanhadas

17 Lea Geler, “‘Marcando lentamente la obra de nuestra reorganización’: intelectuales subalternos afroporteños y la construcción del Estado nacional argentino a fines del siglo XIX”, in: Mónica Martínez Mauri, Eugenia Rodríguez Blanco (Coord.), *Intelectuales, mediadores y antropólogos. La traducción y la reinterpretación de lo global en lo local*, San Sebastián, Ankulegi Antropología Elkartea, 2008, p. 171-185.

18 George Andrews, *América Afro-Latina (1800-2000)*, tradução de Magda Lopes, São Carlos, Editora EdU-FSCar, 2007, p. 159.

19 Geler, *Apuntes sobre el periodismo afroporteno*, p. 2.

20 Geler, “Guardianes del Progreso. Los periódicos afroporteños entre 1873 y 1882”, p. 221-226.

21 Jean Arsène Yao, “Mismidad y otredad en la prensa afroportena en el siglo XIX”, *Rizoma*, 4, 2 (2016), p. 235-252, p. 235.

22 “Hace tres meses el empresario de los conejetos em el Jardin Florida, prohibia la entrada á esse recinto á toda la gente de color. Hoy algunos empresarios de bailes de máscaras han hecho idéntica prohinición. En que se fundarán dichos empresarios para hacer tal cosa? Los negros y mulatos son ante la Constitucion iguales á los empresarios de teatros”. Argentina, AGN, *La Broma*, Buenos Aires, 17 jan. 1880, <http://trapalanda.bn.gov.ar>, acesso em 01 jul. 2018, tradução nossa.

por editoriais eivados de críticas sociais dos intelectuais redatores do semanário. Tal evento constituiu-se como precursor de um movimento organizado entre os intelectuais afroportenhos, que utilizaram dos editoriais do *La Broma* como disseminador de uma série de artigos criticando ferozmente o espaço cultural e histórico negado ao negro argentino.

¿Extranjeros en nuestra propia pátria?

Ao expor o periodismo como meio de representatividade e afirmação da população negra em Buenos Aires, torna-se necessário também demonstrar os diversos processos históricos que promoveram uma complexa narrativa que visou obscurecer sua presença num contexto de construção da identidade nacional argentina. O discurso da *blanquetud* portenha embasou a historiografia até primórdios dos anos setenta do século XX; a tese do desaparecimento quase repentino da população afroargentina era repetidamente aceita e pouco questionada. O impulso para que se repensasse esta concepção partiu das análises sistemáticas das estatísticas populacionais, empreendidas por vários pesquisadores das ciências sociais. Dentre eles está o norte-americano George Andrews, que propôs teorias alternativas e subjacentes ao fenômeno de declínio demográfico abrupto, de modo a contrapor os que advogavam pela afirmação do desaparecimento. Segundo ele, a historiografia argentina cometeu “perjúrio” com o legado do estrato negro e sua importância para formação da identidade nacional.²³

A identidade nacional argentina, compreendida em sua construção histórica, não retirou terminalmente a ideia da existência da população negra, mas relegou a ela um papel de excepcionalidade, que se afugentou em um discurso que dissimulou sua verdadeira influência e presença na sociedade portenha. Para Ezequiel Adamovsky, esta condicionante histórica foi preponderante para a constituição da concepção da Argentina como “crisol das raças”²⁴, com uma população homogênea, branca e de origem europeia, percebendo as demais camadas da sociedade como vestígios desconsideráveis.

É preciso compreender também esse evento como um acontecimento deliberadamente instituído com a finalidade de constituição da narrativa nacional argentina branca-europeia, um processo que se confunde intensamente com a formação do estado argentino. Delinear preceitos em comum e definir as bases de sociedade civilizada eram parte deste discurso da *intelligentsia* que determinou suas estruturas fundamentais. Os signos desta representação da sociedade argentina, pensando-a como uma comunidade imaginada, foram elaborados durante a segunda metade do século XIX, numa conjuntura em que os principais teóricos do imaginário nacional

23 Andrews, *Los Afroargentinos de Buenos Aires (1800-1900)*, p. 122.

24 Ezequiel Adamovsky, “El Color de la Nación Argentina: Conflictos y negociaciones por la definición de un ethnos nacional, de la crisis al Bicentenario”, *Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas*, 49 (2012), p. 344-364.

conceberam a população negra como um atraso cultural, um símbolo da barbárie.

As teorias raciais irrompem na Argentina no mesmo contexto caracterizado pela construção da nação enquanto entidade que dá significância à identidade singular-coletiva do conjunto social. Juntamente a este processo, torna-se majoritária a noção de superioridade das populações de origem europeia, concebidas como sinônimos de civilização e de avanço social. Por conseguinte, estabeleceu-se que todo estrato não-branco seria percebido como incivil. Esta dicotomia civilização *versus* barbárie serviu de pressuposto para o desenvolvimento de uma complexa e intrincada política de embranquecimento sociocultural, que não se restringia apenas ao palpável das relações, mas se construía num arcabouço discursivo amplamente divulgado e que seria futuramente canonizado na historiografia portenha.

A aventada superioridade das populações brancas de origem europeia constituiu, durante ascensão da *intelligentsia* unitarista²⁵ a partir da segunda metade do século XIX, a conjectura propícia para a definição dos fundamentos das políticas de embranquecimento. Entre os intelectuais que tiveram papel preponderante neste projeto estão Domingos Sarmiento, autor de *Civilización y barbárie: la vida de Juan Facundo Queiroga*.²⁶ e o filósofo e periodista Juan Bautista Alberdi, autor de diversos artigos publicados em periódicos de Buenos Aires durante a década de 1840, que posteriormente seriam condensados no livro *Miscelánea: Propaganda revolucionaria*.²⁷ Ambos, influentes no pensamento social argentino, foram de extrema importância para definição das bases da identidade nacional, e intercederam de modo assertivo em favor da imigração europeia com o intuito de provocar a ambicionada “melhora racial”.

Segundo George Andrews, Sarmiento teve notável atuação, tanto na concepção como na implementação das políticas de embranquecimento. Sua obra é considerada a primeira da vertente na argentina. Em *Civilización y Barbárie*, Sarmiento defende a tese de que a sociedade estava degenerada pela mescla racial, com preponderância das características detratadas das populações consideradas inferiores, aquelas não-brancas; era necessário implementar uma política de imigração para que ocorresse a infusão dos “genes superiores”, corrigindo assim a situação de barbárie que acometia grande parte da população. E tal política foi empreendida massivamente, principalmente a partir do mandato presidencial do próprio Sarmiento, entre 1868 e 1872; a incursão de migrantes, sobretudo italianos, deu novas tonalidades ao discurso da identidade argentina.²⁸

Na concepção da historiadora Lea Geler, a obra e a atuação intelectual de

25 O termo *unitarista* se refere aos correligionários do grupo político pertencente ao Partido Unitarista, que ascendeu ao poder a partir da queda do ditador Juan Manuel Rosas em 1852.

26 Domingos F. Sarmiento, *Civilización y barbárie: la vida de Juan Facundo Queiroga*, Buenos Aires, Archivo General de la República, 1992.

27 Juan B. Alberdi, *Miscelánea, Propaganda Revolucionária: escritos póstumos*, Tomo XIII, Buenos Aires, Imprenta de Juan Bautista Alberdi, 1900.

28 Andrews, *Los Afroargentinos de Buenos Aires (1800-1900)*, p. 113-136.

Sarmiento, em conjunção com o teor propagandístico das publicações de Alberdi, tiveram papel destacado entre o rol daqueles “textos fundadores” do discurso da nacionalidade argentina. Tomando de empréstimo a perspectiva teórica de Stuart Hall, deve-se compreender a identidade nacional como um sistema de representação que promove a existência de uma comunidade simbólica idealizada através de signos que definam a suposta homogeneidade sociocultural de determinada coletividade, dando-lhes uma integração precariamente arranjada. Neste sentido, constrói-se o imaginário de uma Argentina segundo uma visão que lhe conduziria como nação civilizada, moderna, avançada econômica e culturalmente. Observado este contexto histórico específico de sua produção, o sinônimo de civilização para *intelligentsia* era, invariavelmente, a população caucasiana.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. (...)As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas.²⁹

Mas, Hall assevera, toda identidade nacional é a representação de uma concepção de determinada classe ou grupo hegemônico, de tal forma que é através do referencial político-ideológico predominante que são definidas as bases do mencionado discurso da nação. Mesmo que esta produção seja hegemônica, continuam existindo conflitos que lhes são subjacentes; a identidade é imaginada homogênea, mas, na prática, ela é composta por várias outras identidades marginais, que são suprimidas ou produzidas como não-existentes por aqueles que apresentam a preponderância discursiva.³⁰

Interessa-nos refletir sobre o modo como este conflito entre a hegemonia discursiva e as identidades marginais se relacionou com o enraizamento da narrativa da Argentina branca-europeia, de tal modo que o processo de supressão ocorreu majoritariamente no plano simbólico, através da construção da noção de que o fator racial negro, pensado como categoria discursiva, era inadequado, bárbaro e inferior. Criou-se então o imaginário de que a inferioridade racial atrelada a determinados eventos históricos, como a imigração europeia e a conseqüente miscigenação, ocasionaram a decadência demográfica e o desaparecimento da população afroportenha.

A sentença histórica decretada por esta narrativa de ofuscamento pode ser sintetizada na tese do desaparecimento, mas é necessário compreender esta concepção

29 Stuart Hall, *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*, tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Rio de Janeiro, DP&A, 2006, p. 50-51

30 Para Hall, “a hegemonia cultural nunca é uma questão de vitória ou dominação pura (não é isso que o termo significa); nunca é um jogo cultural de perde-ganha; sempre tem a ver com a mudança no equilíbrio de poder nas relações da cultura; trata-se sempre de mudar as disposições e configurações do poder cultural e não retirar dele”. Stuart Hall, *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009, p. 339.

como uma produção imposta com procedimentos discursivos elaborados rigorosamente. O desaparecimento traduz-se evidentemente em invisibilização. No conceito de Santos,³¹ a crença da inexistência, ou do declínio demográfico irreversível, é em verdade “uma alternativa não-creditável ao que existe”:

Não há uma maneira única ou unívoca de não existir, porque são várias as lógicas e os processos através dos quais a razão metonímica produz a não-existência do que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear. Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível. O que une as diferentes lógicas de não-existência é serem todas elas manifestações da mesma monocultura racional.³²

Segundo Santos,³³ à medida que a “razão metonímica” constrói seu arcabouço discursivo que prescinde a homogeneidade, ela vai silenciando aqueles dispositivos que se apresentem destoantes, de forma a legitimar através de um discurso de veracidade que demonstre razoabilidade em seus argumentos, de tal modo que a imposição venha primordialmente por meio de uma coerção legitimada. A ausência é então pronunciada como impossibilidade de existência do “outro”.

A identidade constitui-se em meio a relações de forças contraditórias, numa batalha pela supremacia cultural através de dispositivos discursivos. Aquele que garante a hegemonia não está livre de conflitos internos. Neste sentido, mesmo que se perpetue uma narrativa de determinado projeto político-ideológico como representação simbólica da nacionalidade, não se extinguem as identidades desviantes, aquelas contra-hegemônicas, que continuarão existindo mesmo que invisibilizadas. Ainda que a elite intelectual que definiu as bases do estado argentino tenha produzido as populações de ascendência africana como não-existentes, as subversões socioculturais exacerbaram sua existência e, por conseguinte, o conflito que é travado no plano simbólico.

Ao negro destinou-se um espaço simbólico vazio; a representação da sociedade buenairense retratava as classes afro-portenhas como resquícios de um passado escravista. Contraditoriamente, as manifestações culturais consideradas hegemônicas ainda demonstravam que os indivíduos negros eram parte da preocupação civilizatória. A política de embranquecimento que prescrevia costumes e condutas se caracterizava pela investida na mestiçagem sociocultural, no intuito de reelaborar o corpo negro através da definição de modelos civilizacionais veiculados em jornais, revistas e no teatro.

A entranhada narrativa sobre o desaparecimento da comunidade afroportenha apresentava inúmeras contradições internas; as estruturas basilares de suas definições não convergiam, e por vezes colidiam frontalmente. Para compreender a composição do argumento da dissipação dos negros portenhas, é preciso percebê-lo como parte

31 Boaventura de Sousa Santos, “Para uma Sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, p. 245.

32 Santos, “Para uma Sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, p. 246-7.

33 Santos, “Para uma Sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, p. 256.

integrante e fundamental do discurso da *blanquetud*; se a produção da identidade no imaginário nacional era caucasiana, na prática concreta a população era multifacetada e plural.³⁴

“Ya lo hemos dicho en otra ocasión e lo repetiremos siempre, que somos extranjeros en nuestra propia pátria (...).”³⁵ Esta constatação do afroperiodista de codinome Genaro, publicada no *La Broma*, em 20 de março de 1881, foi representativa desta construção da identidade argentina branca-europeia, demonstrando como o processo de embranquecimento atingia a população negra por meio de diversos artifícios segregacionistas. Tal perspectiva de Genaro não foi isolada, era predominantemente a concepção que a comunidade afroportenha possuía quanto a sua representação no interior da sociedade, durante a segunda metade do século XIX.

A luta dos redatores do *La Broma* pela visibilidade, e por inserção e legitimação dos direitos sociais assegurados constitucionalmente, teve como centro revolvedor o fatídico evento do Jardín Florida, no final do ano de 1879, quando os dirigentes do teatro estabeleceram a proibição da entrada de afroportenhos. O episódio foi um marco inicial para uma série de outros impedimentos que sofreria, nos meses posteriores, a população negra de Buenos Aires, em diversos locais públicos, evidenciando o segregacionismo racial existente, reflexo da política de embranquecimento da sociedade.

Um dia registramos com prazer as colunas de um ilustrado jornal, “O Povo Argentino”, e ainda não havíamos concluído sua leitura quando nos surpreendeu um aviso que nos obrigou à atira-lo longe de nós. Era um aviso da empresa do *Jardín Florida*, que anunciava a proibição da entrada da *gente de cor*. Outro dia, lendo os avisos do “A Imprensa”, fixamos nosso olhar em um anúncio do “Circo Nacional”, que proibia também a entrada a *negros e mulatos*. Por Deus! Ficamos surpreendidos, onde estamos? Acaso queiram pisotear as leis democráticas do país em que nascemos? Mas não era tudo. Outro aviso ainda mais cruel e retrógrado acabou por nós abismar. Lendo as ilustradas colunas do “O Portenho” nos parte o coração completamente; ao considerar a resolução do “Skating-Rink” que também resolveu proibir a entrada de pessoas de *cor*.³⁶

O discurso antissegregacionista reproduzido nos editoriais do *La Broma* foi uma

34 Santos afirma que “as culturas só são monolíticas quando vistas de fora ou de longe. Quando vistas de dentro ou de perto é fácil ver que são constituídas por várias e por vezes conflituais versões da mesma cultura”. Santos, “Para uma Sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, p. 269.

35 “Já dissemos em outra ocasião e repetiremos sempre, que somos estrangeiros em nossa própria pátria (...)”. *La Broma*, Buenos Aires, 20 mar. 1881, <http://trapalanda.bn.gov.ar>, acesso 01 jul. 2018, tradução nossa.

36 “Un día rejistrabamos conplacer las columnas de un ilustrado periódico, “El Pueblo Argentino” y aun no habíamos concluído su lectura cuando nos sorprendió un aviso que nos obligó á arrojarlo lejos de nosotros. Era un aviso de la empresa del *Jardín Florida*, que anunciaba la prohibición de la entrada á la *gente de color*. Otro dia, leyendo los avisos de “La Prensa”, fijamos nuestra vista en uno del “Circo Nacional”, que prohibia tambien la entrada á *negros y mulatos*! ¡Por Dios! nos dijimos sorprendidos donde estamos? Acaso se quieren pisotear las leyes democráticas del país em que hemos nacido? Pero no era esto todo. Otro aviso aun mas cruel y retrogrado debia acabarnos de abismar. Leyendo las ilustradas columnas de “El Porteño” nos descorozona completamente; al considerar la resolucion del “Skating-Rink” que tambien há resuelto cerrar la entrada á las personas de *color*”. *La Broma*, Buenos Aires, 17 jan. 1880, <http://trapalanda.bn.gov.ar>, acesso em 01 jul. 2018, tradução nossa.

reação, não apenas à proibição imposta a população negra de frequentar determinados espaços, mas a toda situação de alijamento de direitos, de supressão na participação social, da inexistência de postos trabalhos na administração pública, do cerceamento de oportunidades educacionais e do menosprezo racial disseminado na sociedade portenha. Em síntese, o acontecimento do Jardim Florida, bem como os demais elencados na edição de janeiro de 1881, escancara a segregação, componente do amplo processo de invisibilização, que será devidamente contraposto pela atuação dos intelectuais afroportenhos nos diversos meios representativos.

A luta antirracista dos redatores do *La Broma* é parte integrante do periodismo afroportenho, percebido como movimento político responsável por impor um contraponto à tese do desaparecimento. Mesmo que inconscientemente, essa mobilização propagandística orquestrou a emergência³⁷ de vozes negras. Uma ampliação do plano simbólico, com vistas a diminuir o dispositivo discursivo que relegou à não-existência o negro argentino.³⁸ A atuação dos intelectuais negros deu visibilidade ao que foi gestado como invisível.

Nuestros derechos

Na edição do dia 13 de novembro de 1879, o *La Broma* publicava em seu editorial um artigo intitulado *Nuestros Derechos*; o primeiro de uma série em que o teor crítico exacerbava uma luta pela inserção social e a necessidade de respeito aos preceitos constitucionais. Os intelectuais redatores reclamavam a legitimidade do texto da carta fundamental, comparando com a realidade em que a população negra se encontrava na capital argentina, caracterizada pela marginalização e pelo cerceamento de oportunidades educacionais e de ocupação de cargos na administração pública.

Essa denúncia partia de um discurso que se ancorava numa crítica à relação dicotômica estabelecida entre os direitos constitucionais assegurados a todos os cidadãos argentinos, na teoria, e o vivenciado na prática. As desigualdades raciais eram mantidas por um costume enraizado na sociedade, em que ocorria uma hierarquização implícita, na qual a população afroportenha se encontrava deslocada para baixo. Os afroperiodistas dissertaram de modo contundente, apresentando o legado histórico da comunidade negra na construção nacional argentina para justificar sua importância e a necessidade do respeito aos direitos sociais.

37 Santos, “Para uma Sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, p. 261-280.

38 Segundo Santos, a sociologia das emergências consiste na ampliação do presente, num alargamento do plano simbólico com vistas a destituir a noção de homogeneidade da totalidade construída pela razão metonímica que retirou a existência de hierarquias, e silenciou as vozes destoantes. Assim a sociologia das emergências é a representação da heterogeneidade, do pluralismo não reconhecendo totalidades, mas sim diversos dispositivos com características próprias no interior de um todo discursivo. Santos, “Para uma Sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, p. 261-280.

A valorização da história da população negra na construção do estado nacional argentino, principalmente no que tange à participação dos batalhões nas guerras de independência e também nos conflitos regionais, foi outro aspecto do legado afroargentino, ressaltado com frequência nos editoriais do *La Broma* como símbolo do patriotismo, e conseqüentemente da necessidade da concessão da cidadania aos afroportenhos:

Segundo nossa Constituição Nacional, não há diferenças de castas, nem de raças no território da republica; mas, como só existe na teoria e não na prática, pois nossa raça sempre é desprezada, sem lembrar que ela contribuiu com seu sangue para conquistar a independência e a liberdade que hoje goza este país. Sempre temos sido e fomos desprezados por aqueles que ajudamos a subir no poder. Se serviram de nós como de um degrau para subir nos postos públicos; e uma vez neles, nos paga com o menosprezo e até com retirada de nossos direitos de cidadãos.³⁹

O discurso dos periodistas do *La Broma* evidencia uma crítica à realidade excludente, em que os direitos da população são negados total ou parcialmente, demonstrando a desigualdade racial existente. Neste sentido, o discurso dos intelectuais se direciona em buscar a legitimação do extrato negro como componente da sociedade argentina. Segundo Hilda Sabato, o racismo e, conseqüentemente, os dispositivos de exclusão da população não-branca, especialmente da camada negra, eram evidentes na metade final do século XIX. A historiadora afirma que o preconceito possuía também seus períodos de intensificação e arrefecimento; momentos caracterizados por crises eram quase invariavelmente seguidos de um retorno conservador mais agudo.⁴⁰ Lea Geler, por sua vez, assevera que, de fato, os anos que sucederam a epidemia de febre amarela de Buenos Aires, em 1871, foram assinalados por episódios segregacionistas que perduraram por mais de uma década.⁴¹

O preconceito racial na capital portenha, como exposto, era constante e revelava uma das facetas do processo de embranquecimento sociocultural que ocorria na Argentina durante o final dos oitocentos e que, constantemente, ocasionava relações verticais entre os setores populacionais. Desse modo, os periodistas buscavam a afirmação da cidadania e dos direitos sociais a partir da legalidade constitucional. Valendo-se desse artifício, eles empreendiam um discurso tangido pela parcimônia, que marcou o início da ascensão da resistência cultural através da constituição de uma identidade politizada.

39 “Segun nuestra Constitucion Nacional, no hay diferencias de castas ni de razas em el territorio de la república, pero como solo existe em la teoria y no en la practica, pues nuestra raza siempre es despreciada, sin acordarse que ella há contribuido con su sangre á conquistar la independencia y libertad de que hoy goza este país. Siempre hemos sido y somos despreciados por aquellos que hemos ayudado á subir al poder. Se han servido de nosotros como de un peldaño para escalar los puestos públicos; y una vez em ellos nos han pagado com el menosprecio y hasta com arrebatar nos nuestros derechos de ciudadanos.” *La Broma*, Buenos Aires, 21 mar. 1880, <http://trapalanda.bn.gov.ar>, acesso em 01 jul. 2018, tradução nossa.

40 Hilda Sabato, *História de la Argentina (1852-1890)*, Buenos Aires, Veintuno editores, 2012.

41 Geler, “Hijos de La Patria” p. 283.

A exclusão era evidentemente produzida pela desigualdade dentro do contexto social buenairense, que destituía a população negra da participação efetiva na sociedade. Como denota George Andrews,⁴² os afroportenhos estavam alijados de determinados espaços públicos, mas essa supressão se dava primordialmente através do costume já enraizado, que estabelecia aqueles ambientes e vivências que o negro estava privado de frequentar. Os intelectuais do *La Broma* irão trazer ao debate esta estrutura sociocultural que parcializava a cidadania da comunidade negra argentina:

De que importa que nossa Constituição diga que na República Argentina não há nobrezas, nem hierarquias, que todos os cidadãos são iguais diante da lei e admissíveis nos postos públicos, sem mais condições que a competência para desempenhá-lo, se na prática não se serve para nada a constituição quando se trata dos direitos do negro, do pária sul-americano [?].⁴³

Como já devidamente delineado, o preconceito racial era cíclico, havia conjunturas em que ele se intensificava, em que se tornava mais aparente a existência da segregação. Um destes momentos aconteceu no fim do ano de 1879, quando uma série de proibições foram instituídas contra a comunidade negra, impedindo que os afroportenhos ocupassem vários locais públicos.

O contexto social dos meses finais de 1879 na Argentina foram marcados pelo início das hostilidades entre os grupos políticos que se articulavam para as eleições presidenciais do ano seguinte. Surgiu paulatinamente um clima de radicalização que quase invariavelmente caracterizava todos os pleitos durante o século XIX. Segundo Sabato,⁴⁴ os setores conservadores ligados às vertentes civilizacionistas veiculavam, por meio da imprensa, discursos que abordavam de modo incisivo assuntos relacionados ao ordenamento da sociedade. Estes artigos influíram em parcela considerável da opinião pública, incluindo as classes empresariais urbanas buenairenses, da qual vários de seus membros serão protagonistas das restrições aos negros nos espaços públicos.

A prática da segregação, então, alterava sua veiculação, expunha-se transparente e explícita. É neste contexto que se desencadeia, nos editoriais do *La Broma*, um discurso antissegregacionista até então latente, que perpassava a noção da exterioridade do negro em relação a sociedade portenha.

A proscrição imposta à comunidade negra, inicialmente, era restrita aos teatros e outros locais de lazer dentro da cidade de Buenos Aires. Ao menos naquela segregação, que se mostrava aparente e ratificada por tais estabelecimentos, a *gente de color* estava proibida terminantemente de entrar em tais repartimentos. Apesar da Constituição

42 Andrews, *Los Afroargentinos de Buenos Aires (1800-1900)*, p. 186-210.

43 “Qué importa que nuestra Constitución diga que em la República Argentina no hay noblezas ni jerarquias, que todos los ciudadanos son iguales ante la ley y admisibles em los puestos públicos, sin mas condicion que la competencia para desempeñarlo, si em la práctica no se observa para nada la constitucion cuando se trata de los derechos del negro, del pária Sud-americano”. *La Broma*, Buenos Aires, 20 mar. 1881, <http://trapalanda.bn.gov.ar>, acesso em 01 jul. 2018, tradução nossa.

44 Sabato, *História de la Argentina (1852 – 1890)*, p. 233-268.

assegurar a igualdade e o direito dos negros ocuparem todos os espaços públicos, estas restrições instituídas pelos empresários se faziam presente e, em certa medida, eram ratificadas pela convivência do Estado argentino, que desta forma reproduzia o racismo de modo velado.

Essa outorga é diretamente refletida nas páginas do *La Broma*, que expõem uma reprovação incisiva, de tal forma que a consequência é a promoção de um discurso contra a exclusão histórica. Numa amplificação do debate, os intelectuais afro-portenhos passam a questionar o lugar social subalterno delegado à população negra na cidade de Buenos Aires; a crítica não mais se restringia à ilegitimidade do texto constitucional, se expandia para condenação de uma continuidade da violência escravista através da supressão cultural da comunidade negra:

Hoje é o Teatro que se fecha, a amanhã será outro local público, e outro dia, será a Igreja, onde teremos o direito de ir todos a adorar à Deus, que é o bondoso pai de todos os seres humanos, sem distinção de raça e cor. (...). Não devemos, pois, calar-nos diante de um atentado tão injusto, não queremos ver que, em um dia menos esperado, nos prive por completo do gozo de todos os nossos direitos até nós excluir da terra onde nascemos na aura feliz de uma liberdade conquistada com a vida e o sangue de nossos antepassados.⁴⁵

A exterioridade do negro exposta no *La Broma* é exemplificada pelos espaços sociais negados, num processo caracterizado pela subalternização e inadequação radical, nas quais o afroportenho é destituído da cidadania e deslocado para “fora” da sociedade. É irremediavelmente essa noção de subumanidade a precursora da reivindicação do corpo negro marginalizado, por parte dos intelectuais afroportenhos. Entre outros aspectos, os afro-periodistas também reclamaram, pela narrativa histórica carente do elemento negro, do pouco acesso à educação, e ausência de empregos públicos:

O Estado mantém colégios, para quem? Para os milhares de filhos que necessitam [de] instrução; e acaso os nossos, por ter o rosto mais escuro não estão compreendidos entre os demais? Indubitavelmente, e em caso contrário, a lei nos ampara e o direito nos assiste para fazê-la cumprir em todas [as] suas partes. Por outro lado, não há a mais insignificante presunção de estabelecer uma escola para nossos filhos, desde que estes abundam em todos os distritos, e se coloque uma educação sem distinção de cor.⁴⁶

A educação é um assunto discutido recorrentemente pelos intelectuais do *La*

45 “Hoy es el Teatro el que se nos sierra mañana será otro local público, y otro dia, sera el templo donde tenemos derechos de ir todos á adorar á Dios, que es el bondadoso padre de todos los séres humanos, sin distincion de razas ni colores. No debemos pues callarnos ante un atentado tan injusto sinó queremos ver, que el dia menos pensado, se nos prive por completo el goce de todos nuestros derechos hasta escluirmos de la tierra donde hemos nacido em la aura feliz de una libertad conquistada con la vida y la sangre de nuestros antecesores.” *La Broma*, Buenos Aires, 24 jan. 1880, <http://trapalanda.bn.gov.ar>, acesso em 01 jul. 2018, tradução nossa.

46 “El Estado sostiene los colégios, para quien? Para los millares de niños que reclaman instruccion; u acaso los nuestros, por ser de tez mas oscura, no están comprendidos entre los demás? Indudablemente, y en caso contrario la ley nos ampara y el derecho nos assiste para hacerla cumplir em todas sus partes. Por outra parte, no hay la mas insignificante prescion de establecer una escuela para nuestros niños, desde que estas abundan em todos los distritos y se opéra la enseñanza sin disticion de color.” *La Broma*, Buenos Aires, 27 abr. 1882, <http://trapalanda.bn.gov.ar>, acesso em 01 jul. 2018, tradução nossa.

Broma; o cerceamento de oportunidades no ensino à população negra era parte do processo de marginalização. Em seus discursos, os afroperiodistas vão requerer o acesso à escola em benefício aos jovens da comunidade, criticando a realidade excludente do ensino como parte da retirada de direitos da população negra. George Andrews afirma que a camada social negra tinha o acesso à educação negado; mesmo que se divulgasse que as oportunidades eram irrestritas, poucas eram as crianças afroportenhas por elas beneficiadas, e quando havia alguma que se aventurasse, sofria com o preconceito racial no interior das instituições.

(...) Pois, sim senhor, essa manifestação vai para uma escola imaginada que irá ser criada lá no povo das ilusões, onde as crianças de cor não sejam maltratadas, nem as negue a educação apenas por ter a pele de cor escura(!). Não veem senhores, que é picardia...! Em que país estamos? Porque lhes aplicam à palmatória, a cinta com óleo, a mordaza a nossos filhos inocentes?⁴⁷

Além das escolas, havia outros espaços que de modo veemente restringiam a existência de pessoas negras em Buenos Aires. Entre eles estavam os postos de trabalhos considerados de alta estima. Os editoriais criticavam a segregação existente principalmente no funcionalismo público, e a atribuição de empregos subalternos aos negros. Essa realidade era extensamente presente na urbe durante o século XIX. Segundo Andrews, no período posterior ao término da escravidão, houve uma implícita delegação de papéis sociais fundados na herança escravocrata, que designava a população negra à subserviência. Este processo fazia parte da complexa estrutura do preconceito racial argentino.

A exclusão e a segregação caminhavam juntos com a imputação do estigma social. A comunidade negra de Buenos Aires é também exposta ao menosprezo devido às características físicas e culturais; o corpo negro se encontrava desqualificado, marcado pelo preconceito que lhe atribuía a incivilidade num processo caracterizado pela violência simbólica, que buscava a destruição cultural. Segundo Santos⁴⁸, os indivíduos que se encontram do lado colonizado, na linha abissal, sofrem com o duplo procedimento da apropriação-violência, na qual eles são assimilados, num complexo artifício de imersão cultural impingido pelo dominador, ao mesmo tempo em que é violentado na destituição de sua linguagem, na discriminação e na atribuição de estereótipos.

À medida que as proibições se tornaram mais evidentes, o discurso dos afroperiodistas do *La Broma* foi demonstrando cada vez mais a indignação com a conjuntura das desigualdades raciais em Buenos Aires, corroborando que exclusão

47 “Pues, sí señor: esa manifestacion va á una escuela imaginaria que se há de crear allá em el Pueblo de las ilusiones, donde los niños de color no sean maltratados ni se les niegue la educacion por el solo hecho de tener la piel oscuro color (!). Não ven Uds. Si es picardia...! En que país estamos? Por qué se les há de aplicar la palmeta, la vincula com brea ni la mordaza á nuestros hijos inocentes? *La Broma*, Buenos Aires, 12 mai. 1882, <http://trapalanda.bn.gov.ar>, acesso em 01 jul. 2018, tradução nossa.

48 Ver, para uma discussão do processo de apropriação-violência: Boaventura de Souza Santos, “Para Além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Novos Estudos CEBRAP*, 79 (2007), p. 71-94.

aconteciam não somente no que se referia à entrada nos teatros, mas em os todos aspectos das vivências em sociedade. É em torno dessa violência imposta e naturalizada que estes intelectuais irão elaborar uma resistência cultural por meio da ascensão de uma identidade politizada nas páginas do semanário, se valendo do estigma do ser negro numa sociedade idealizadamente branca. Os estereótipos sofreram uma ressignificação, e foram transformados em emblemas de uma comunidade marginalizada em busca do estabelecimento de seu lócus social.

[...] Nós os homens de “cor”, como alguém nos chama, que desgraçadamente a metade, ou maior parte, desempenhamos os postos mais humildes; temos por única ambição o desejo que nossos filhos sejam artesãos, se não possuem meios para fazerem-se médicos, advogados e etc., ao menos tenham aulas com eles, que as portas da Universidade estejam abertas para todo o mundo. [...] ⁴⁹

A definição de uma identidade da e na resistência é significativa da ampliação do poder simbólico dos agentes sociais. Os intelectuais subalternos, por meio de suas prerrogativas como porta-vozes da comunidade negra de Buenos Aires, empreenderam uma batalha de representação nas páginas do *La Broma*, na qual a imagem retratada é a do próprio homem negro portenho, de um ser segregado, marginalizado e menosprezado pela sociedade. É este homem de “cor” - utilizando a denominação pejorativa atribuída à pessoa negra na Argentina do século XIX -, que sofria as mais diversas privações, que os redatores dos editoriais irão apresentar de forma a reconstituir sua negritude a partir da percepção da exclusão; é necessariamente uma identidade constrativa, que forja suas bases em contraposição à identidade do elemento opressor. Segundo Kabengele Munanga, a identidade negra contemporânea se constitui através do signo da exclusão:

[...] se cientificamente a realidade de raça é contestada, política e ideologicamente esse conceito é muito significativo, pois funciona como uma categoria de dominação e exclusão nas sociedades multirraciais contemporâneas observáveis. Em outros termos, poder-se-ia reter como traço fundamental próprio a todos os negros (pouco importa a classe social) a situação de excluídos em que se encontram em nível nacional. Isto é, a identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de “exclusão”. Ser negro é ser excluído. Por isso, sem minimizar os outros fatores, persistimos em afirmar que a identidade negra mais abrangente seria a identidade política. ⁵⁰

Kabengele assevera que, apesar da negritude se fundar também no aspecto da cor da pele, sendo ela um fator biológico, o que constitui a solidariedade entre a população negra em torno de uma identidade é primordialmente o fato de terem

49 “Nosotros los hombres de “color”, como alguien nos llama, que desgraciadamente la mitad, ó em nuestra mayor parte, desempeñamos los puestos mas humildes; tegamos por única ambición el deseo que nuestros hijos sean artesanos, y si disponemos de médios para harcelos médicos, abogados, etc, á las aulas com ellos, que las puertas de la Universidad estan abiertas para todo el mundo.” *La Broma*, Buenos Aires, 28 mar. 1880, <http://trapalanda.bn.gov.ar>, acesso em 01 jul. 2018, tradução nossa.

50 Kabengele Munanga, *Negritude: usos e sentidos*, Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2009, p. 10.

sofrido um profundo processo de desumanização.⁵¹ Neste sentido, é a condição de marginalização e segregação que estrutura a identidade afroportenha. Os periodistas reivindicaram sua identidade através do processo de reconhecimento e denúncia da situação de alheamento da comunidade negra buenairense, percebendo sua qualidade de “estrangeiros” na Argentina.

A marginalização social e a segregação produzida e naturalizada na segunda metade do século XIX teve como consequência direta a ascensão do discurso antissegregacionista dos afro-periodistas. Através das linhas dos editoriais do *La Broma*, os intelectuais subalternos definiram as bases de uma identidade combativa, que batalhou contra a proscricção sociocultural, buscando dar visibilidade aos papéis subalternizados impostos, reflexo do racismo estrutural enraizado na sociedade portenha. Estes porta-vozes, responsáveis por representar, em certa medida, as vozes silenciadas da comunidade negra, promoveram o surgimento de uma identidade politizada,⁵² que através da resignificação dos estereótipos constituiu sua resistência cultural.

Considerações finais

O *La Broma*, assim como parcela significativa do periodismo afroportenho, simbolizou um contraponto à historiografia que obscureceu a presença da cultura negra na Argentina. *La prensa de los hombres “de color”* é representativa da importância desta comunidade marginalizada para a formação histórica da sociedade buenairense.

La gente de casta, la clase desheredada, los sirvientes. Várias são as denominações pejorativas atribuídas aos afroportenhos durante o Oitocentos, mas nenhuma delas adquiriu significado político-cultural tão profundo quanto as expressões *hombres de color* e *negros*, que, inicialmente, eram signos da inferioridade racial dos afro-argentinos, mas nos discursos dos intelectuais afroportenhos tornaram-se conceitos subversivos de uma identidade racial em construção. *De pie pues los hombres de color* é a convocatória para uma batalha histórica contra o segregacionismo e o racismo, em busca de inserção social em “nuestra nación argentina”, nação esta também dos homens pretos.

51 Munanga, *Negritude*, p. 23.

52 Ver, para o conceito de politização da raça: Nilma Lino Gomes, *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*, Petrópolis, Vozes, 2017.